



## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB  
Coordenação de Educação Superior – COESUP  
Serviço dos Cursos de Pós-Graduação – SEPOS

### REQUERIMENTO DE AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO PAÍS OU NO EXTERIOR

1. A concessão do afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* está condicionada a observância dos requisitos elencados no art. 40 do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASF)<sup>1</sup>.
2. Preencher este formulário - juntamente com a chefia imediata e o(a) diretor(a) da área ou superior hierárquico equivalente - e o Termo de Compromisso. Salvar as alterações em PDF.
3. Cadastrar o documento no SIGAD, com as assinaturas eletrônicas do(a) requerente, da chefia imediata e do(a) diretor(a) da área ou do superior hierárquico equivalente.
4. Cadastrar como anexos do requerimento no SIGAD os seguintes documentos, na ordem indicada, conforme cada tipo de afastamento:
  - a) Todos os tipos de afastamento:
    - a.1) carta de aceitação do(a) coordenador(a) do programa, ou do(a) professor(a) orientador(a) ou de responsável equivalente;
      - a.1.1) em caso de não ter sido definido previamente, o(a) requerente deve apresentar informação assinalando a previsão de quando esse vínculo ocorrerá;
    - a.2) regulamento ou regimento do programa pleiteado;
    - a.3) quadro docente do programa com a respectiva titulação dos professores;
    - a.4) conteúdo programático/grade curricular do curso, contendo as disciplinas acadêmicas;
    - a.5) calendário acadêmico completo ou, se incompleto, declaração da Instituição de Ensino Superior (IES) quanto à previsão de início e de término do curso. Em ambos os casos, especificando a carga horária;
    - a.6) Plano de Desempenho Acadêmico, com a previsão de atividades letivas (inclusive créditos a serem cumpridos) e não letivas, discriminadas, por período (semestre, trimestre ou bimestre acadêmico, conforme o caso), com a especificação de início e de fim previstos de cada período.
    - a.7) cronograma das atividades acadêmicas e de pesquisa a serem cumpridas pelo(a) requerente;
    - a.8) documento que comprove a qualidade técnica do programa.
      - a.8.1) No caso de programa brasileiro, comprovação de reconhecimento pelo Ministério da

<sup>1</sup> “Art. 40, Anexo IV, RASF: A Concessão de afastamento para participação de programas de pós-graduação *stricto sensu* depende do cumprimento dos seguintes requisitos pelo servidor:

I – exercer cargo efetivo no Senado Federal pelo período mínimo de três anos para mestrado e quatro anos para doutorado ou pós-doutorado;

II – assinatura de termo de compromisso de permanência no Senado Federal, na condição de servidor ativo, por período mínimo equivalente ao período concedido, contado da data de retorno do afastamento;

III – não tenha idade para ser alcançado pela aposentadoria compulsória no espaço de tempo entre o início do curso de pós-graduação, nos últimos 4 anos anteriores à data de solicitação do novo afastamento;

IV – não tenha se afastado para participação em programa de mestrado ou doutorado nos últimos 2 anos ou, para programa de pós-doutorado, nos últimos 4 anos anteriores à data de solicitação do novo afastamento;

V – encontre-se em efetivo exercício no período de inscrição e não esteja afastado para exercício de mandato eletivo ou para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere;

VI – não tenha descumprido qualquer obrigação assumida em função de afastamentos anteriores, sem que as justificativas tenham sido aceitas pelo Senado Federal.”

Educação e nota obtida junto à Capes (nota mínima 4).

a.7.2) No caso de programa estrangeiro, comprovação acerca da qualidade técnica do programa no país de origem - credenciamento, acreditação e posição do programa/instituição em avaliação nacional e internacional, obtidos por meio de órgãos oficiais do país ou por rankings classificatórios publicados por instituições internacionais de avaliação.

- b) Afastamento integral (para cursar o programa integralmente):
  - b.1) projeto de pesquisa.
- c) Afastamento especial (para redação de tese ou dissertação):
  - c.1) projeto de pesquisa aprovado pelo(a) orientador(a) acadêmico(a) do curso;
  - c.2) ata de qualificação do projeto;
  - c.3) histórico ou declaração da IES que ateste a situação de plena regularidade na participação no transcorrer do curso de pós-graduação *stricto sensu*;
  - c.4) certidão de conclusão de créditos, para o afastamento especial para a elaboração de dissertação ou tese.
- d) Afastamento para "doutorado sanduíche":
  - d.1) projeto de pesquisa aprovado pelo(a) orientador(a) acadêmico(a) do curso, contendo cronograma de pesquisa;
  - d.2) manifestação do(a) coordenador(a) do curso de pós-graduação no qual o(a) servidor(a) está matriculado(a) e dos orientadores acadêmicos na instituição brasileira e na estrangeira quanto à aceitação da realização do projeto de pesquisa;
  - d.3) histórico ou declaração da IES que comprove a situação do(a) candidato(a) no desenvolvimento do curso de pós-graduação *stricto sensu*.

Obs. 1: Em caso de programa no exterior, quando a documentação não estiver em Língua Portuguesa, deverá ser providenciada pelo(a) requerente a tradução oficial.

Obs. 2: No caso de solicitação de afastamento para participar de programa na modalidade pós-doutorado, apresentar as informações que forem pertinentes conforme listadas nas alíneas "a" a "d".

Obs.3: Outras informações ou documentos complementares poderão ser solicitados pelo ILB para fundamentação do pedido.

2. Tramitar o documento para o SEPROT para autuação em processo e posteriormente para a SEGP para instrução.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**ANEXO IV DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL (ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 14/2022)**

## 2. DADOS DO(A) SERVIDOR(A)

Nome: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_ Data de admissão: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Lotação/Sigla: \_\_\_\_\_

Ramal: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_ Telefono residencial: \_\_\_\_\_

E-mail 1: \_\_\_\_\_ E-mail 2: \_\_\_\_\_

Escolaridade:

Endereço atualizado:

### 3. DADOS DO PROGRAMA

Instituição de Ensino Superior: \_\_\_\_\_

Faculdade/Departamento: \_\_\_\_\_

Programa:

Cidade/País:

Avaliação no país do programa (para programas nacionais e estrangeiros):

[illegible]

Avaliação internacional do programa (para programas estrangeiros):

Período do afastamento pleiteado: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Está contemplado(a) com a ajuda financeira externa? ☐ Não ☐ Sim - Especifique abaixo:

Objetivos a serem alcançados com o curso objeto do afastamento:

O evento de capacitação solicitado tem previsão no Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal (PCASF) do ano corrente?

☐ Não ☐ Sim

4. JUSTIFICATIVAS DO(A) SERVIDOR(A)

4.1 Razões da escolha da ação de capacitação pleiteada:

4.2 Após a conclusão do programa de pós-graduação *stricto sensu*, enumere quais serão as contribuições para o cumprimento dos objetivos e das funções institucionais do Senado Federal:

5. JUSTIFICATIVAS DAS CHEFIAS DO(A) SERVIDOR(A):

5.1 Pertinência temática da participação do servidor na ação de capacitação e de desenvolvimento solicitada, em especial no atendimento aos resultados a serem atingidos pela unidade.

5.2 A área de conhecimento da ação de capacitação se enquadra nas áreas temáticas de interesse comum a todos os cargos/especialidades do Senado Federal, ou é pertinente com as atribuições do cargo/especialidade ou da função comissionada, ou das suas atividades laborais? (Justifique detalhadamente).

5.3 Na condição de titular do órgão de lotação do(a) requerente declaro, em atendimento ao art.36, parágrafo único, do Anexo IV do RASF que o afastamento do servidor, caso autorizado:

I - não acarretará prejuízo às atividades da unidade;

II - não ensejará o pagamento de horas extras para garantir o cumprimento das atividades da unidade, salvo em caso de necessidade oriunda de evento imprevisto ou imprevisível, devidamente reconhecido pela Diretoria-Geral;

III - não implicará qualquer tipo de requisição de pessoal para garantir o cumprimento das atividades da unidade, seja de servidor efetivo ou comissionado, seja de funcionário terceirizado.

☐

Concordo

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) servidor(a) requerente

\_\_\_\_\_  
Assinatura da chefia imediata

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) diretor(a) da área ou superior  
hierárquico equivalente

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

**TERMO DE COMPROMISSO PARA AFASTAMENTO PARA CURSAR PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL OU NO EXTERIOR**

Declaro estar ciente das disposições contidas nos arts. 95 e 96-A da Lei Federal nº 8.112/1990 e no Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf), adotado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022, no tocante às condições exigidas para a concessão de afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país ou no exterior, que incluem as seguintes obrigações:

- 1. Após o deferimento do pedido e enquanto durar o afastamento, na periodicidade a ser definida pelo Senado Federal, conforme a conveniência e necessidade da Casa (art. 41, do Anexo IV, do RASf):**
  - a) enviar ao Instituto Legislativo Brasileiro relatório de atividades acadêmicas, incluindo eventual produção acadêmica já realizada;
  - b) enviar ao Instituto Legislativo Brasileiro comprovante de frequência no curso quando solicitado;
  - c) prestar outras informações a respeito das atividades acadêmicas que forem solicitadas pelo Instituto Legislativo Brasileiro.
- 2. Após o afastamento, quando do retorno às atividades no Senado Federal, após a conclusão do curso (art. 42, do Anexo IV, do RASf e Inciso II, art. 12, da Portaria do ILB nº 1/2017):**
  - a) entregar, em até 60 (sessenta) dias após a conclusão do programa, cópia da dissertação ou tese aprovada para a obtenção da titulação;
  - b) elaborar e executar ação de disseminação e aplicação do conhecimento adquirido na pós-graduação, quando requisitado pelo ILB, nos termos do § 8º do art. 19 e art. 60 do Anexo IV do RASf;
  - c) prestar outras informações sobre as atividades acadêmicas que forem solicitadas pelo ILB.
- 3. Ressarcimento ao Senado Federal em montante a ser arbitrado pelo(a) Diretor(a)-Geral, limitado ao valor proporcional correspondente ao incentivo para o afastamento concedido, nos casos de (art. 43, do Anexo IV, do RASf):**
  - a) desistir, sem motivo justificado, da ação de capacitação motivadora do afastamento;
  - b) durante o afastamento, aposentar-se voluntariamente, solicitar exoneração, tomar posse em outro cargo inacumulável;
  - c) não permanecer no serviço público federal, na condição de servidor ativo, por período mínimo equivalente ao afastamento concedido, contado da data de retorno do servidor;
  - d) não obtiver o título que justificou o afastamento, salvo na hipótese comprovada de força maior;
  - e) não cumprir as obrigações contidas no item 2 deste Termo de Compromisso.

Assumo, ainda, total responsabilidade pelas informações por mim prestadas nos autos, sob pena das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) servidor(a) requerente